

Exame Final Nacional de História B

Prova 723 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2018

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

VERSÃO 2

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

DO PORTUGAL POMBALINO ÀS CONSEQUÊNCIAS DAS INVASÕES FRANCESAS

As invasões francesas em Portugal (1807-1811) – memórias de infância do marquês de Fronteira e de Alorna

No início de 1807, a residência efetiva da Corte era em Maфра e Sua Alteza [S. A.] raras vezes vinha a Queluz e a Lisboa [...]. Nesta época, as pretensões do imperador Napoleão, para se fecharem os portos aos ingleses, preocupavam os nossos homens de Estado [...].

Em dezembro desse ano, [...] o exército francês [chefiado por Junot] já estava em Vila Franca e S. A. embarcava no cais de Belém [...], na sua longa viagem para o Brasil.

O Príncipe Regente nomeou uma regência e recomendou aos seus vassallos que recebessem as forças de Napoleão como amigos e aliados. [...] A regência do Reino pouco durou, e principiou-se a governar em nome do imperador Napoleão [...].

Meu tio, o marquês de Alorna, foi chamado a Lisboa, assim como outros que tinham sido obrigados a sair da Corte por motivos políticos. [...] Mas pouco ou nada o marquês devia à dinastia reinante que abandonava o país, pois que não havia muitos anos que os seus avós tinham sido decapitados [...], seus pais encarcerados, a sua mãe forçada a entrar num mosteiro, sua irmã, que tinha partilhado da prisão de sua mãe, expatriada sem processo, e ele mesmo perseguido [...], devendo a sua formatura na universidade à generosidade de alguns parentes que tinham escapado ao ódio do marquês de Pombal [...]. Tudo isto devia fazer vacilar o meu tio nos seus deveres de, como soldado e bom português, defender a monarquia. [...]

A reação contra os franceses estava na mente de todos. Havia manifestações a favor da dinastia de Bragança e da nacionalidade. Na aristocracia poucos afrancesados havia e esses eram muito censurados pelos parentes e pelo resto da nobreza. [...] Pela primeira vez ouvi falar em movimentos revolucionários nas províncias. [...] Os nossos aliados ingleses, aproveitando os movimentos populares, desembarcaram em força considerável, aumentando, ao mesmo tempo, a esquadra que bloqueava o Tejo. [...]

Assinou-se uma convenção em Sintra, tendo cessado as hostilidades, comprometendo-se os franceses a abandonar Portugal. [...]

[Em 1809,] o marechal Soult invadiu Portugal e ocupou a cidade do Porto. [...] Pela segunda vez veio a Portugal Sir Wellesley, comandante em chefe das forças britânicas e portuguesas, trazendo consigo o marechal Beresford para tomar o comando do exército português. [...]

[Em 1810, os franceses, chefiados pelo] marechal Massena, invadiram Portugal. [...] Em 1811, viram-se obrigados a retirar. [...] Principiaram as festas dadas por lorde Stuart, que não só era embaixador de Inglaterra, mas também governador do Reino. Por tudo tem passado este desgraçado país!

Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada – Parte Primeira e Segunda (1802 a 1824), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928 (texto adaptado).

1. Apresente duas medidas adotadas pelo marquês de Pombal (linha 15), destacando o seu contributo para o reforço da autoridade do Estado sobre a sociedade.

Uma das medidas deve ser articulada com a informação contida no documento.

2. Indique o nome do decreto do imperador Napoleão que tinha o objetivo de «se fecharem os portos aos ingleses» (linha 3).

3. Explícite duas consequências das invasões francesas presentes no documento.

As duas consequências devem ser fundamentadas com excertos do documento.

GRUPO II

PORTUGAL NO PERÍODO DA I REPÚBLICA

Documento 1

Afonso Costa – gravura satírica* (década de 1910)



casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09022.001.135 (consultado em 13/11/2017) (adaptado).

* O gesto de Afonso Costa e a composição espacial são inspirados numa pintura de Louis-Michel van Loo que retrata o marquês de Pombal.

Documento 2

Constituição de 1911

Título II	Título III
<p>Artigo 3.º [...] 2.º – A lei é igual para todos [...]; 4.º – A liberdade de consciência e de crença é inviolável; [...] 10.º – O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa; 11.º – O ensino primário elementar será obrigatório e gratuito; [...] 29.º – É reconhecido o direito à assistência pública; [...] 33.º – O estado civil e os respetivos registos são da exclusiva responsabilidade da autoridade civil; [...]</p>	<p>Artigo 7.º O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da República, formado por duas Câmaras, que se denominam Câmara dos Deputados e Senado. [...] Artigo 26.º Compete privativamente ao Congresso da República: 1.º – Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las; [...] 4.º – Autorizar o Poder Executivo a realizar empréstimos [...]; 19.º – Eleger o Presidente da República; 20.º – Destituir o Presidente da República, nos termos desta Constituição.</p>

www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf (consultado em 14/11/2017) (texto adaptado).

1. A política da I República, evidenciada no documento 1, inseriu-se no contexto da

- (A) laicização do Estado, das instituições públicas e da sociedade.
- (B) consolidação do autoritarismo e do Estado corporativo.
- (C) abolição dos foros, dos privilégios e dos títulos nobiliárquicos.
- (D) ação do liberalismo moderado e da Carta Constitucional.

2. A norma que declarou o ensino primário «obrigatório e gratuito» (documento 2) teve como objetivo
- (A) a doutrinação política dos jovens de acordo com princípios autoritários.
 - (B) o progresso da formação profissional realizada em escolas privadas.
 - (C) o incremento da alfabetização para abranger a maioria da população.
 - (D) a promoção dos valores de natureza religiosa entre a população.
3. Com a Constituição de 1911 (documento 2), o novo regime republicano procurou promover o «direito» à justiça social, através da
- (A) aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional e da criação de grémios.
 - (B) abolição de morgadios e da supressão total dos dízimos pagos à Igreja.
 - (C) rejeição da luta de classes e da valorização do modelo corporativo.
 - (D) defesa da igualdade perante a lei e da aprovação de direitos laborais.
4. No domínio da organização política do Estado, a Constituição de 1911 (documento 2) estabeleceu
- (A) a concentração do poder no presidente da República, atribuindo ao parlamento unicameral uma ação fiscalizadora.
 - (B) a subordinação do poder executivo ao poder legislativo, fazendo do parlamento bicameral o órgão-chave do regime.
 - (C) o equilíbrio entre os poderes legislativo, executivo e judicial, conferindo ao presidente um papel moderador.
 - (D) o predomínio do poder executivo sobre o poder legislativo, dando ao governo autonomia na ação política.

GRUPO III

DA CONSTRUÇÃO DO MODELO SOVIÉTICO À AFIRMAÇÃO DO BLOCO COMUNISTA NO MUNDO BIPOLAR

Documento 1

Transformações económicas e sociais na URSS – cartaz de propaganda (1930)



Tradução:

Na nossa quinta coletiva
não há lugar para padres
nem para *kulaks*.

www.akg-images.com/archive/-2UMEBMJMF7H.html (consultado em 18/11/2017) (adaptado).

Discurso de Estaline – sessão de encerramento do Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (14/10/1952)

Camaradas, permitam-me expressar o nosso agradecimento a organizações e a partidos irmãos, cujos representantes nos honraram com a sua presença, ou que nos enviaram amistosos cumprimentos e nos manifestaram a sua confiança. Esta é especialmente valiosa, pois é prova do seu empenho em apoiar o nosso partido na sua luta por um futuro melhor para o povo, na sua luta contra a guerra e a favor da paz. (*Aplausos entusiásticos*)

Seria um erro pensar que o nosso partido, que se transformou numa força poderosa, já não precisa de apoio. O nosso partido e o nosso país sempre precisaram e precisarão da confiança, da simpatia e do apoio dos povos irmãos. Ao apoiarem as aspirações pacifistas do nosso partido, estes demonstram, também, o apoio à luta do seu próprio povo pela manutenção da paz. [...]

Naturalmente, o nosso partido deve cumprir a sua obrigação de apoiar os partidos irmãos [...]. Após o nosso partido ter conquistado o poder, em 1917, e ter tomado medidas efetivas para liquidar o jugo capitalista e latifundiário, os representantes dos partidos irmãos conferiram-lhe o título de «Brigada de Choque» do movimento revolucionário e operário mundial. Penso que o nosso partido correspondeu às expectativas de aliviar a situação dos povos afetados pelo jugo do capitalismo, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética esmagou a tirania fascista alemã e japonesa, e libertou os povos da Europa e da Ásia do perigo da escravidão fascista. [...]

Claro que era muito difícil desempenhar essa honrosa função enquanto havia um único país a exercer o papel de vanguarda. Mas isso é passado: da China à Coreia, da Checoslováquia à Hungria, surgiram novas «brigadas de choque», sob a forma de democracias populares [...]. (*Aplausos entusiásticos*)

Merecem atenção especial os partidos comunistas, democráticos ou operário-camponeses que ainda não chegaram ao poder [...]. Embora difícil, o seu trabalho não o é tanto quanto era para nós, comunistas russos, nos tempos do czarismo.

www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1952/10/14.htm (consultado em 14/11/2017) (texto adaptado).

Documento 3

Charutos cubanos – caricatura no jornal *The Gazette* (1961)



Legenda / Tradução:

- ① Nikita Kruchtchev
- ② John Kennedy
- ③ Fidel Castro
- ④ Novo membro da família «socialista»

John Collins, *The Gazette*, in www.mccord-museum.qc.ca/en/collection/artifacts/M965.199.3677 (consultado em 14/11/2017) (adaptado).

1. Apresente dois objetivos da Revolução de Outubro de 1917, destacando o seu contributo para a construção de um novo modelo político-ideológico.

Um dos objetivos deve ser articulado com a informação contida no documento 2.

2. Transcreva um excerto do documento 2 que se refira à criação da III Internacional / Komintern, em 1919, no âmbito do internacionalismo proletário.
3. Associe cada uma das estratégias da afirmação do estalinismo na URSS, presentes na coluna **A**, à respetiva definição, que consta na coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Culto da personalidade (b) Centralismo democrático (c) Processo de purgas	(1) Eliminação intencional e sistemática de um grupo étnico nacional, racial ou religioso, através da implementação da «solução final». (2) Prática instituída de eleição dos órgãos do Estado e do partido em obediência às diretivas impostas pela hierarquia. (3) Ação de limpeza ideológica no interior do partido comunista, através da eliminação de membros que divergissem da linha oficial. (4) Atuação do chefe enquanto guia carismático capaz de galvanizar multidões e de suscitar a admiração dos cidadãos. (5) Implementação de um sistema pluripartidário, assente no sufrágio secreto e universal para a escolha do chefe do governo.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos de política interna da Rússia / URSS.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

- (A) Afastamento de Trotsky, após um processo de luta interna pelo poder no PCUS.
(B) Denúncia das práticas políticas de Estaline, após a sua morte, no XX Congresso do PCUS.
(C) Chegada de Brejnev à liderança do PCUS, agravando-se a estagnação económica da URSS.
(D) Conquista do poder pelos bolcheviques, após uma revolução armada contra o governo de Kerensky.
(E) Lançamento das bases da Nova Política Económica (NEP), sob orientação de Lenine.

5. Desenvolva o tema **A afirmação da URSS como superpotência**, abordando os tópicos de orientação seguintes:

- o contributo da política económica estalinista para a consolidação do modelo político-ideológico soviético;
- o papel da política externa da URSS no expansionismo soviético, no período da Guerra Fria.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- evidencie a relação dos elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

GRUPO IV

CAMINHOS DA COOPERAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX À VIRAGEM PARA O SÉCULO XXI

Documento 1

Evolução da exportação de produtos industriais* de alguns países da ASEAN** (1975-1996) (em % do total de exportações)

País \ Ano	1975	1980	1990	1996
Indonésia	2,4	3,9	37,9	52,6
Malásia	30,4	27,8	55,2	76,8
Filipinas	16,3	23,5	40,9	43,6
Tailândia	19,6	34,9	63,4	71,4

Dilip K. Das, *Changing Comparative Advantage and the Changing Composition of Asian Exports*, in faculty.nps.edu/relooney/3040_c69.pdf
(consultado em 20/11/2017) (adaptado).

* Inclui produtos químicos, bens industriais básicos, máquinas, equipamentos de transporte e produtos manufaturados diversos.

** Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Documento 2

O mundo lusófono – discurso de abertura do IV Congresso Internacional de Jornalismo em Língua Portuguesa, realizado em Macau (07/06/1999)

O evento que nos reúne é o IV Congresso Internacional de Jornalismo em Língua Portuguesa. [...]

Onde estamos? O que fazemos aqui? [...] Em primeiro lugar, viemos conhecer este marco do espírito, da bravura e do engenho português que é Macau. Dentro de poucos meses, este território deixará de ser formalmente português. Falo em Portugal, mas penso nos seus filhos, o mundo lusófono – quase 200 milhões de pessoas espalhadas pelos quatro cantos do mundo, falando a mesma língua e, não apenas isso, procurando, através do idioma, compartilhar os mesmos valores. O Portugal do colonialismo acabou. [...] Macau deixará de ser território português no exato momento em que Portugal assume perante o mundo lusófono o papel senão de pai, pelo menos de irmão mais velho. [...]

[Por outro lado,] Timor pode, afinal, vislumbrar o fim destes 25 anos de terror, graças a um efeito perverso da globalização da economia, passando a Indonésia de [novo] tigre [asiático] a gato. Significa que as histórias, às vezes, demoram a chegar ao seu desfecho, mas a História é caprichosa e infalível: quando menos se espera, eis-nos diante da realização dos nossos sonhos.

Alberto Dines, *O coqueiro de Voltaire*, in www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ecos200699.htm (consultado em 20/11/2017) (adaptado).

1. Apresente dois fatores que contribuíram para o desenvolvimento económico dos países da ASEAN, no último quartel do século XX, relacionando-os com a evolução observada no documento 1.

Um dos fatores deve ser articulado com a informação contida no documento 1 ou no documento 2.

2. A globalização da economia pode conduzir, na perspetiva dos críticos, à
- (A) rejeição da livre-concorrência, com o objetivo de evitar a frequente deslocalização de empresas.
 - (B) intervenção estatal nos sectores económico-financeiros, de modo a contrariar a iniciativa privada.
 - (C) criação de emprego em sectores económicos tradicionais, com prejuízo da modernização tecnológica.
 - (D) desregulação das economias nacionais, sem condições para concorrerem no contexto internacional.
3. Explícite dois objetivos da política externa portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, relacionados com o fim do «Portugal do colonialismo» (documento 2).
- Os dois objetivos devem ser articulados com a informação contida no documento 2.
4. No documento 2 é referido que «Timor pode, afinal, vislumbrar o fim destes 25 anos de terror» (linha 11).
 Apresente duas iniciativas tomadas pela comunidade internacional para apoiar a libertação de Timor-Leste.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.			40
	15	10	15			
II	1.	2.	3.	4.		40
	10	10	10	10		
III	1.	2.	3.	4.	5.	65
	15	10	10	10	20	
IV	1.	2.	3.	4.		55
	15	10	15	15		
TOTAL						200